



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados

- 1 Ata Completa da 70ª Reunião Extraordinária do CBH-SJD, realizada on-line, em
2 23/05/2023.

Relação dos Membros do Plenário Presentes:	
ENTIDADE	REPRESENTANTE
Departamento de Águas e Energia Elétrica DAEE / BTG	Luís Henrique Gomes
Departamento de Águas e Energia Elétrica DAEE / BTG	Eliana Cristina Mariano Nogarini
CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – Agência Ambiental de Jales	Jefferson Vidal de Medeiros
Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo/ 2ª Cia. Polícia Ambiental Fernandópolis	Cabo Rogério Aidan de Jesus
SABESP – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	Melinna Gandolfi Fuzita
Secretaria da Agricultura e Abastecimento/Coordenadoria de Defesa Agropecuária/EDA – Jales	Maurício Rotundo
Secretaria de Estado da Saúde / Centro de Vigilância Sanitária / Grupo Vig. Sanit. Jales	José Carlos Zambon
Secretaria da Fazenda e Planejamento / Del. Regional Tributária / Posto Fiscal Jales	Evandro Careno
Secretaria da Fazenda e Planejamento / Delegacia Regional Tributária S.J.Rio Preto – Posto Fiscal de Jales	José Antonio Caetano
Secretaria de Estado da Educação/Diretoria de Ensino da Região de Jales	Francisco de Assis Leonel Teixeira
UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Câmpus de Ilha Solteira)	Jefferson Nascimento de Oliveira
Prefeitura Municipal de Dirce Reis	Roberto Carlos Vizoná
Prefeitura Municipal de Guzolândia	Sara Dias da Silva Lisboa
Prefeitura Municipal de Jales	Sílvia Andreu Avelhaneda Pigari



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados

Prefeitura Municipal de Santa Fé do Sul	José André do Nascimento
Prefeitura de Santana da Ponte Pensa	Ana Caroline de Souza
Prefeitura Municipal de São Francisco	Sebastião de Oliveira Baptista
Prefeitura Municipal de Três Fronteiras	Luís Fernando Mazali
Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos da Região de Votuporanga SEARVO.	Gabriel Alves Dias Ferreira
Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos da Região de Jales	Neli Antônia Meneghini Nogueira
Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP Ilha Solteira	Jefferson Nascimento Oliveira
União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo (ÚNICA)	Jacques Yves Alevi
União Nacional de Bioenergia (UDOP)	Felipe Natan Sudário da Silva

3

Relação dos Convidados Presentes:	
ENTIDADE	REPRESENTANTE
DAEE / BTG	Wendel Edson Silva
DAEE / BTG	Antonio Roberto de Jesus
DAEE / BTG	Lucíola Guimarães Ribeiro
DAEE / BTG	Márcia Regina Brunca Garcia
DAEE / BTG	Fábio Francisco Mota de Sousa
Observatório Governança das Águas	Ayri Saraiva Rando
Sindicato Rural de Santa Fé do Sul	Emerson Ronaldo Assi
P.M. Nova Canaã Paulista	Paulo Henrique de Oliveira
P.M. Nhandeara (Coord. Meio Ambiente)	Deivid Ariani

4 1 – **Abertura:** Aos 23 (vinte e três) dias do mês de maio do ano de 2023, **através de vídeo**
5 **conferência**, às 14h: 30 minutos, a Engenheira Eliana Cristina Mariano Nogarini, faz uso da palavra para
6 avisar que ainda não há quórum suficiente para dar início à **70ª Reunião Extraordinária do CBH-SJD**;
7 Às 15h: 00 min, **em segunda chamada**, Eliana Cristina Mariano Nogarini faz uso da palavra: “Boa tarde
8 a todos, sejam todos bem vindos à **70ª Reunião Extraordinária do CBH-SJD** e para iniciar eu vou
9 convidar para compor a Mesa Diretora o nosso Secretário Executivo Luís Henrique Gomes, o Sr.
10 Presidente do CBH-SJD e representante da UNESP Ilha Solteira, Prof. Jefferson Nascimento de Oliveira
11 e o Presidente desse Biênio. Passo a palavra agora para o Secretário Executivo do CBH-SJD, Luís



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados

12 Henrique Gomes.” “Boa tarde a todos, iniciando então essa **70ª Reunião Extraordinária do CBH-SJD**,
13 informamos a todos que a reunião está sendo realizada pela Secretaria Executiva do Comitê de Bacia.
14 Além disso, nós gostaríamos de informar que essa reunião se tornou necessária para a aprovação da
15 Deliberação de indicação dos empreendimentos habilitados e abertura de prazos para uma 2ª chamada.
16 Por gentileza, Professor Jefferson, a palavra é sua neste momento.” Sr. Presidente: “Então item 1 da
17 pauta, a nossa abertura, agradecemos a presença de todos os membros aqui presentes, dando as boas
18 vindas a esses membros e às autoridades e convidados e também as pessoas que representam esses
19 membros por procuração. Nesse momento declaro aberta a **70ª Reunião Extraordinária do CBH-SJD**
20 com a presença de **20** membros. O Estatuto do nosso Comitê descreve que a 1ª chamada deve ser feita
21 com a presença de 50% mais um do total, seria 21 membros votantes. Decorridos 30 minutos faz-se a 2ª
22 chamada, com o mínimo de 1/3, ou seja, 13 membros votantes, nós temos 20, são quinze horas e dez
23 minutos, se abriu a nossa **70ª Reunião Extraordinária**. Diante disso o item 2 da pauta, **2 – Leitura e**
24 **aprovação das Atas Executiva e Completa da 69ª Reunião Ordinária do CBH-SJD**: nesse momento
25 passamos para a aprovação das atas completa e executiva, esta última será publicada no D.O.E. Eu
26 solicito a todos a dispensa da leitura das atas considerando que as minutas das mesmas foram
27 encaminhadas a todos previamente e disponibilizadas também no site do Comitê. Isto posto, eu abro para
28 manifestações, alguém gostaria de se manifestar? Aparentemente ninguém, por favor, controlem o chat,
29 se alguém se manifestar, tem o chat para se manifestar ou levantar a mão, como eu não consigo ler e ver
30 todo mundo, eu peço à nossa Secretária Adjunta que verifique isso, Engenheira Eliana. Então, vamos
31 colocar em votação, favoráveis permaneçam como estão, contrários se manifestem, abstenções, então
32 declaro **aprovadas por unanimidade**. “Agora eu passo a palavra para o Sr. Ayri Saraiva Ramos que é
33 membro pesquisador do OGA – Observatório da Governança das Águas para fazer uma apresentação
34 referente ao Protocolo de Monitoramento da Governança das Águas ao nosso Comitê.” Sr. Ayri Saraiva
35 Ramos com a palavra: “Boa tarde, muito obrigado Jefferson, agradeço aqui à Diretoria, à Secretaria
36 Executiva e a todos os membros do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados, meu
37 nome é Ayri, sou integrante do OGA – Observatório da Governança das Águas do Brasil desde a sua
38 criação, hoje como pesquisador, mas inicialmente como representante de organização da sociedade civil,
39 posteriormente representando o Grupo de Pesquisas da UNICAMP, hoje como pesquisador voluntário.
40 Então já justifico aqui a ausência do Ângelo, que deixou um abraço a todos, mas estava em outra agenda
41 e me pediu para estar fazendo essa apresentação, conversei com a Lucíola há mais ou menos uns 20
42 minutos, então vou tentar apresentar de forma bem geral o OGA e entrar brevemente aí no Protocolo,
43 entendo hoje como uma primeira conversa, uma primeira aproximação com o Comitê e depois a gente se
44 coloca à disposição para estar aprofundando, tirando dúvidas e continuar essa comunicação. Então eu
45 vou compartilhar a tela, tem aqui uma apresentação padrão, já na capa a gente acaba intitulado como
46 **“Os benefícios do monitoramento da governança para garantir segurança hídrica”**, está aí o meu
47 nome completo, o do Ângelo Lima, estão aí os contatos do nosso Secretário Executivo, o e-mail, o
48 próprio endereço de e-mail do Ângelo, o número de whatsapp do Ângelo, hoje conversei rapidamente
49 com a Lucíola também, então ela de alguma forma tem o meu whatsapp para qualquer comunicação
50 necessária. Então, o Observatório da Governança das Águas é uma rede multissetorial reunindo hoje 63
51 instituições do Poder Público, do setor privado e organizações da sociedade civil, e nós temos dentro do
52 sistema de governança do nosso Observatório um Grupo de Pesquisa e eu sou um desses 24
53 pesquisadores, então vejam que o Observatório não é exclusivo para a sociedade civil, apenas no Comitê
54 Gestor compõe a sociedade civil, mas nós temos membros, como diz aí multissetorial, tanto de Poder
55 Público, sociedade civil, pesquisadores, tem comitês que aderiram ao Observatório, tem Secretarias de
56 Meio Ambiente que aderiram, então vejo realmente que é multissetorial, não é exclusivo para
57 organizações da sociedade civil. O Observatório foi criado e a sua missão é gerar, sistematizar, analisar e
58 difundir informações das práticas de governança das águas pelos diversos atores e instâncias do Sistema
59 Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) por meio do acompanhamento de suas
60 ações, ou seja, a nossa missão não é coletar os dados mas apoiar a geração, sistematização, análise de
61 difusão desses dados pelos diversos atores do sistema nacional. Aqui está a estrutura de governança,
62 nosso modelo de governança, temos então o Comitê Gestor dentro de um Conselho Geral, dentro desse



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados

63 Conselho Geral tem o Comitê Gestor, o nosso Núcleo Executivo é integrado por uma Secretaria
64 Executiva, hoje é o Ângelo, 100% dedicado ao Observatório, é o nosso profissional remunerado, nosso
65 Secretário Executivo, o ideal seria ter alguém responsável pela comunicação, um profissional
66 remunerado, e alguém remunerado pela Gestão Técnica, ainda não conseguimos chegar nesse modelo
67 ideal, enfim, esse seria nosso modelo ideal, que a gente pensa em trabalhar, existem Grupos de Trabalho
68 como o que foi criado para a divulgação do Protocolo, que eu acabei integrando-o, os Núcleos Estaduais
69 funcionaram bem no começo da criação, depois também tivemos dificuldades para mantê-los e o Comitê
70 Científico a gente tem um núcleo de pesquisadores em que a gente tenta se reunir para tentar tirar do
71 papel esse Comitê Científico mas o Núcleo de Pesquisadores tem se reunido periodicamente também.
72 Então só para entender um pouco da nossa estrutura de governança, são 63 instituições, 22
73 pesquisadores, essas são as organizações que integram o nosso Comitê Gestor, então somente sociedade
74 civil organizada: Fundação Avina, SOS Mata Atlântica, Instituto Democracia e Sustentabilidade, Instituto
75 Portas Abertas, Internacional Rivers, Nosso Vale Nossa Vida, Instituto Trata Brasil e The Nature
76 Conservancy. Claro, é importante reconhecer que a Governança está presente na gestão das águas e é
77 também uma forma de reconhecer que existem processos políticos e tomadas de decisão no
78 gerenciamento dos nossos recursos hídricos. Aí vocês conhecem, estão mais acostumados do que eu com
79 o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, estão aí as instâncias deliberativas na esfera
80 Estadual, Nacional e de Bacias, Conselho Nacional, Conselho Estadual, no âmbito das Bacias os
81 Comitês, na parte governamental na esfera nacional, o Ministério do Meio Ambiente, embora nós
82 estejamos em possíveis mudanças em relação onde fica a Agência Nacional de Águas (ANA), enfim,
83 alguma mudança na estrutura de governança do sistema ambiental, do sistema regional do país, na esfera
84 estadual são os órgãos competentes do Estado como a Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de
85 Saneamento e Recursos Hídricos, o órgão gestor internacional, a Agência Nacional de Águas e
86 Saneamento Básico (ANA), no âmbito estadual quem faz a função de Secretaria Executiva, onde tem
87 cobrança também as Agências Nacionais, o próprio parlamento no âmbito das bacias são os comitês, o
88 Escritório Técnico, aquelas entidades que assumem a função de Secretaria Executiva, e no caso de onde
89 existe a cobrança, a Agência de Bacias assume essa função. Então realmente é um sistema complexo,
90 ousado, que necessita grande articulação e coordenação entre as diferentes esferas nacional, estadual e de
91 bacias, atores políticos tanto do Poder Público, da sociedade civil, da Academia e os grandes usuários de
92 água do nosso país. Então alguns dados gerais sobre a presença dos comitês, as diferenças regionais,
93 temos aí toda a história de aprovação de políticas de criação de comitês mais focada no Sudeste, as
94 necessidades, essa é mais ou menos a distribuição dos comitês pelo país e os 19 comitês de bacias na
95 Região Norte, 51 comitês na Região Nordeste, 27 no Centro Oeste, 79 comitês de bacia na Região
96 Sudeste e 53 comitês no Sul do país. Existem então 10 comitês federais, em rios de domínio da União, só
97 um breve panorama sobre os comitês já criados no país. Criação, número de comitês formados por ano,
98 então em 1999 49 comitês, em 200 56, não vamos passar um por um, mais recentemente, 2018 chegamos
99 a ter um número de 232 comitês formados e em 2022 239 comitês. Um conceito de governança, a gente,
100 o Observatório, o Protocolo para monitorar a governança recomendado se pauta no conceito de
101 governança pública trazido por Abrucio e Oliveira, “basicamente reconhecer o envolvimento tanto da
102 gestão administrativa do Estado e principalmente da capacidade desse Estado se articular, mobilizar os
103 gestores estatais e sociais para resolver os dilemas públicos e promover os interesses sociais, coletivos e
104 públicos. Na prática o conceito de governança pública trabalhada, integra uma corrente de administração
105 pública mas que procura compatibilizar critérios de democratização com a busca de melhores
106 desempenhos de políticas acreditando que o Estado tem um papel de liderar o processo de resolução, os
107 problemas coletivos, mas que deve fazê-lo a partir da interação com a sociedade, logicamente baseados
108 nos fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos em relação à gestão descentralizada. O
109 Estado realmente tem um papel fundamental de liderar o processo, porque a gestão deve ser
110 descentralizada, com transparência, com a participação social, então que as decisões, os processos e as
111 tomadas de decisão não sejam centralizadas somente em órgãos do Poder Público. Então basicamente
112 essa ilustração para mostrar que uma boa prática de governança é fundamental para dar condições
113 adequadas para um bom gerenciamento de recursos hídricos, então a governança antecede, ela prepara a



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados

114 gestão dos recursos hídricos, então a gente não tem como dissociar, mas que boas práticas de
115 governança, entendemos no Observatório, que são essenciais para apoiar o trabalho dos comitês no bom
116 gerenciamento dos recursos hídricos. Aqui é uma analogia que o Ângelo gosta bastante, que a gente
117 também acaba adotando nas apresentações, então como explicar a importância da governança tecendo
118 uma analogia com uma avaliação pré-operatória. Um dos objetivos da avaliação pré-operatória com os
119 objetivos do monitoramento governança da água: então, no pré-operatório, na fase do preparo do
120 paciente para o procedimento cirúrgico corresponde na questão de monitoramento de governança a
121 identificar os aspectos legais, se os aspectos legais estão completos. Então é bem o início do processo, a
122 começar aí com a parte da legislação, da regulamentação. É no processo operatório vai a questão de
123 detectar as doenças pré-existentes, fazendo analogia para o monitoramento da governança, basicamente
124 identificar as lacunas de governança, isso se faz a partir da aplicação do protocolo, alimentação dos seus
125 indicadores para conseguir identificar lacunas de governança. Voltando para o pré-operatório, na etapa
126 posterior, identificar fatores que possam comprometer a cirurgia. No monitoramento da governança,
127 identificar se todas as informações estão sendo disponibilizadas para tomadas de decisão, ou seja, é
128 muito a questão do acesso à informação e transparência pública. Voltando ao pré-operatório, a fase de
129 definir a melhor estratégia técnica para cada caso, corresponde no monitoramento da governança a
130 identificação da existência de uma estrutura adequada para responder às demandas no Poder Público
131 Municipal, Estadual e Federal, então identificou as lacunas de governança, o nível de acesso de
132 informações, então agora vai identificar se existe uma estrutura adequada para responder às demandas,
133 então vai muito com a questão da capacidade estatal de coordenar ações, de ter interações
134 governamentais, também de ter interação do Estado com a sociedade. Na última etapa do pré-operatório
135 minimizar os riscos e valorizar a segurança do paciente. No caso aqui, trazendo para a governança,
136 verificar a existência dos planos de monitoramento para evitar e eliminar os riscos em busca da garantia
137 da segurança hídrica. Então, basicamente uma analogia para tentar, de alguma forma, facilitar o
138 entendimento dos objetivos do monitoramento da governança. As etapas desse processo, lembrando e
139 enfatizando que o Observatório da Governança das Águas fechou, concluiu, publicou seu Protocolo de
140 Monitoramento em 2019 e esse Protocolo de Monitoramento é o resultado de um processo longo, que
141 está aqui e corresponde a essas etapas agora projetadas: a 1ª etapa resultou numa publicação “Reflexões
142 e dicas para monitorar governança”, o uso de indicadores para esse tipo de monitoramento, essa
143 publicação é de 2005 feita pelo WWF, FNCBH, então aí já era o resultado de um grupo de
144 pesquisadores, de profissionais que atuavam diretamente na gestão das águas, resultou nessa publicação
145 com dicas e reflexões para monitoramento da governança ou para uso de indicadores, que observassem a
146 implementação dos sistemas de gerenciamento de recursos hídricos e o funcionamento, o cumprimento
147 do que estava previsto na política nacional. Então, isso em 2005. A 2ª etapa envolveu a pesquisa de
148 governança das águas, essa pesquisa foi coordenada pelo WWF Brasil e Fundação Getúlio Vargas, e essa
149 pesquisa culminou numa publicação, se eu não me engano em 2014, que é essa publicação do WWF
150 Brasil e FGV, que apontava já um dos resultados, uma das conclusões que era necessário ter um
151 observatório, criar um observatório e definir os indicadores para realmente monitorar a governança das
152 águas no Brasil, acompanhar a implementação dos diversos sistemas de gerenciamento, acompanhar o
153 cumprimento dos objetivos, dos resultados e das políticas, isso aí nas diferentes esferas, tanto nacional,
154 estadual e principalmente no âmbito dos comitês de bacia, dos organismos de bacia. Já numa 3ª etapa,
155 uma pesquisa para criação do Observatório e aí a 4ª etapa a própria criação, construção do Observatório.
156 O Observatório foi criado em novembro basicamente na assembleia do Simpósio Nacional da
157 Associação Brasileira de Recursos Hídricos, realizada lá em Brasília em novembro de 2015. Aí está o
158 link dessa publicação de 2005, então nesse processo todo foi a 1ª publicação, “*Reflexões e dicas para
159 acompanhar a implementação dos sistemas de gestão de recursos hídricos no Brasil*”, ali já se
160 começou a pensar como medir, como acompanhar, como avaliar, ou monitorar, então essa era a grande
161 questão a ser respondida, como verificar se o sistema está cumprindo o seu papel diante de sua
162 finalidade. Depois dessa publicação de 2014, WWF Brasil/Fundação Getúlio Vargas, aquela de 2005 do
163 WWF/Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH), aí também está o link, essas
164 publicações estão lá no site do Observatório da Governança das Águas, observatoriodasaguas.org, mas



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados

165 depois a gente pode disponibilizar a apresentação e dá para acessar diretamente nos links também. Aí
166 algumas oficinas realizadas depois dessa publicação de 2014, já naquele processo de pesquisa,
167 pensamento de construção e criação do Observatório, foram realizadas pesquisas para que chegássemos
168 ali nos indicadores recomendados para depois girassem e se transformassem no Protocolo de
169 Monitoramento que na verdade é o Sistema de Monitoramento, os indicadores compõem uma ferramenta
170 de aferição que é parte no sistema para monitorar a governança das águas. Aí mais fotos de oficinas
171 realizadas em 2019, então foi o ano de publicação do Protocolo, então o Protocolo também é resultado
172 de todo esse processo que a gente apresentou, das publicações e também basicamente de fechamento
173 para chegar ali nos indicadores utilizados no Protocolo e esses indicadores foram aprimorados,
174 discutidos, nessas últimas oficinas também. Então essa é a capa do Protocolo, aí está também o link para
175 acesso direto ao Protocolo lá no site do Observatório, observatoriodasaguas.org, vocês vão ver lá um
176 campo que é só monitoramento, ao clicar lá no monitoramento, vai estar explicando como é o sistema de
177 monitoramento, vai dar acesso ao protocolo, a ferramenta de aferição é um documento em PDF que
178 explica como usar a ferramenta de aferição, e aí tem uma planilha que deve ser preenchida no processo
179 de coleta de dados sobre a governança das águas nos comitês e outras instâncias do sistema de
180 gerenciamento de recursos hídricos, então ali nessa parte de monitoramento do site, clica bem sobre o
181 que seria o sistema de monitoramento, então o protocolo, ferramenta de aferição e como utilizá-la, é a
182 própria ferramenta numa planilha de Excel. Os indicadores de governança, de acordo com aquele
183 conceito de governança pública feito pela Abrucio e Oliveira, o Protocolo se baseia nesse conceito
184 governança pública com cinco governanças: a **dimensão legal/institucional** que verifica os aspectos
185 legais, definições institucionais e suas atribuições, a regulação da legislação, a relevância do tema na
186 agenda política; outra dimensão de governança são as **capacidades estatais**, permite observar qual é a
187 capacidade operacional dos órgãos, olha um pouco para a questão dos recursos humanos, a capacidade
188 desses recursos, a disponibilidade e o acesso aos recursos financeiros também correlatos à questão das
189 competências necessárias para a implementação das políticas e boa gestão das águas. Outra dimensão,
190 **instrumentos de gestão dos recursos hídricos**, basicamente olha se existe ou não existe, se os
191 instrumentos de gestão foram implementados ou não no comitê de bacia, se estão implementados, em
192 que fase está, se possui metas claras, objetivos claros, indicadores para monitorar essa implementação,
193 basicamente é isso que se trata a admissão desses instrumentos de gestão. Uma dimensão específica
194 **relação entre Estado/Sociedade**, que é olhar para a questão da participação social, como as instituições
195 estão representadas, como elas acessam a informação, a arbitragem dos conflitos e a transparência na
196 tomada de decisão. Então aí muito a questão da participação social e a relação do Estado com a
197 Sociedade. Por fim, mas não menos importante, uma quinta dimensão chamada **relações**
198 **intergovernamentais**, como está a comunicação interna nos órgãos governamentais, se existe
199 mecanismos e estratégias para cooperação nas diferentes áreas e setores dos órgãos governamentais, para
200 que cheguemos em decisões consensuadas internamente, principalmente com a integração de políticas,
201 aonde trabalhamos aí o Protocolo com essas cinco dimensões de governança, então existem indicadores
202 para monitorar essas cinco dimensões. Então o Protocolo do Observatório de Governança das Águas
203 primeiramente visa construir uma cultura de monitoramento e avaliação da governança da água a partir
204 da aplicação do Protocolo, é uma oportunidade para aprimorar a política de governança e a gestão dos
205 recursos hídricos no âmbito do comitê de bacia ou das outras instâncias, fornece subsídios por meio de
206 indicadores de governança, então a partir da coleta dos dados, a alimentação da ferramenta de aferição,
207 da alimentação dos indicadores, conseguimos ter um olhar crítico da governança das águas e
208 principalmente apontando as principais lacunas de governança. A partir das principais lacunas, os
209 próprios membros do comitê conseguem elaborar um plano de ação dando ênfase nas principais lacunas
210 a serem enfrentadas e superadas a curto, médio e longo prazo. Daí consegue gerar um plano de ação para
211 melhoria contínua da governança nos comitês. Aí alguns benefícios de adotar o Protocolo, lembrando
212 que a adesão ao Protocolo por parte dos comitês, é claro, os comitês têm total autonomia, é um processo
213 de aprendizagem e também de troca de conhecimentos, de entendimento do uso da ferramenta, total
214 autonomia dos comitês para adotar e aí no processo caso ela em algum momento decidir pela adesão ao
215 uso do Protocolo, assina um Termo de Adesão e é claro que o Observatório estará sempre como parceiro



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados

216 apoiando esse processo, de repente havendo outras conversas, de repente alguma câmara técnica
217 específica, algum grupo de trabalho específico, de repente algum grupo de trabalho, geralmente cria um
218 grupo de trabalho para institucionalização do monitoramento da governança, de repente o comitê pode
219 querer alguma oficina, estimular a coleta de dados aí com..., temos interesse, mas queremos entender
220 melhor como é essa coleta, então dá para pensar futuramente algum tipo de oficina, enfim é um pouco do
221 processo aí da adesão, é voluntária, é totalmente autônoma por parte dos comitês, então hoje realmente é
222 uma primeira conversa, um primeiro contato direto com o Protocolo. Alguns benefícios com a adoção do
223 Protocolo, o primeiro claro é fortalecer a governança dos recursos hídricos, colaborar para a
224 implementação de políticas de segurança hídrica, acompanhar e também gerar subsídios para alcançar os
225 objetivos e impactos dos recursos hídricos, das políticas de recursos hídricos, aumentar a efetividade da
226 gestão lembrando que tem uma dimensão específica dos instrumentos de gestão e construir capacidades,
227 temos uma dimensão também de capacidades estatais, interação do Estado com a sociedade, relações
228 intergovernamentais, também adotando o Protocolo acaba identificando as lacunas de governança, dando
229 up também, construindo e definindo estratégias para construção de capacidades. Então como que é a
230 metodologia de implementação do Protocolo: eu até me antecipei um pouco, estamos nessa primeira fase
231 de apresentação do Protocolo, depois em algum momento, achando interessante, desejando ter essa
232 ferramenta, esse monitoramento institucionalizado, o comitê assina um Termo de Adesão ao Protocolo,
233 forma um grupo de trabalho para coleta de dados e alimentar os indicadores para ter ali realmente a
234 identificação das principais lacunas e construir um plano de ação para melhoria contínua da governança,
235 aí num terceiro momento podemos ter outras reuniões, oficinas de alinhamento do Observatório com o
236 grupo de trabalho, num quarto momento, discussão e coleta de dados, aí já está institucionalizado, então
237 o grupo começar na prática a coletar o dados, a monitorar a governança, primeiro avaliar a governança, e
238 a partir dessa coleta de dados uma avaliação e proposição do plano de ação. A coleta de dados leva à
239 identificação das principais lacunas e aí com a experiência e a expertise dos membros do comitê,
240 consegue-se escrever um plano de ação para estar enfrentando e até superando essas lacunas de
241 governança, é claro que de repente não vai num primeiro momento dar para estar enfrentando e
242 superando todas as lacunas, mas dá para fazer um plano de ação com ações prioritárias, ações a curto,
243 longo e médio prazo enfim, mas é uma construção dos próprios membros do comitê desse grupo de
244 trabalho. Então o indicador descreve o objetivo, situação desejada, incluindo os pressupostos, impactos
245 desejados, na forma de parâmetros e instruções de medição. Por serem entendidos como uma forma de
246 operacionalizar a medição de determinadas grandezas, cada indicador deve representar uma hipótese que
247 explica a relação existente entre a quantificação que aponta e a grandeza correspondente. Então um
248 pouco daquela questão de indicadores qualitativos/quantitativos. Aqui para dar um exemplo de uma das
249 dimensões, a dimensão dos instrumentos de gestão, então essa aqui é a ferramenta de aferição, claro que
250 aqui estamos mostrando alguns indicadores de uma dimensão de governança que é a de instrumentos de
251 gestão, então só para vocês entenderem como é que é aí a alimentação dos dados, tem o indicador
252 Sistema de Informações, nós vamos olhar para esse indicador, mas o que realmente nós vamos medir,
253 qual é o verificador, qual é a informação específica que nós vamos buscar? No caso aí do Indicador 1, o
254 que nós vamos verificar, o dado realmente coletado, se existem ou não dados que orientam a tomada de
255 decisão, falando do Sistema de Informação, os dados são de fácil acesso para a sociedade? Então são os
256 dois verificadores, aí a gente vai olhar para essa coluna, o indicador está plenamente atendido,
257 parcialmente ou insatisfatório? Então nós vamos olhar para os dois verificadores, se os dois foram
258 atendidos a gente vai colocar que está pleno, para esse indicador, atendimento pleno. Se apenas um dos
259 indicadores, apenas um dos medidores for atendido, vamos colocar atendimento parcial. Se não existem
260 os dados, eu não preciso nem ir para o segundo verificador. Aí o atendimento é insatisfatório. É uma
261 coluna para justificar, são os argumentos para embasar essa decisão se está atendendo plenamente,
262 parcialmente ou insatisfatório. Essa expectativa de status para os próximos três anos, os membros do
263 comitê conseguem, olhando aí pelo histórico dos comitês, pela situação atual, se consegue ter uma
264 perspectiva se vai ter alguma mudança, uma esperança de mudança para os próximos três anos. Eu
265 trabalho ali, dou aula num curso de Engenharia Civil numa faculdade de Piracicaba e eles abriram uma
266 disciplina eletiva exatamente sobre a governança das águas, essa coluna de expectativa de status para os



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados

267 próximos três anos, na hora do seminário eu peço para eles não preencherem, essa é uma coluna para
268 quem realmente está no dia a dia da gestão das águas, para os membros do comitê. Eles ali tendo contato
269 a primeira vez com o assunto, impossível eles terem essa expectativa de status para os próximos 3 anos.
270 A gente entende que os membros do comitê que estão no cotidiano da gestão das águas conseguem ter
271 essa expectativa de forma mais clara. Claro que há uma subjetividade, mas existe uma coluna para
272 justificar a definição de atendimento pleno, parcial ou satisfatório. Nível de consenso na avaliação: então
273 lembrando que esse dado é coletado por aquele grupo de trabalho, então depois o nível de consenso na
274 avaliação também. Então tem o grupo de 5, quantos foram consensuais, cinco, quatro, então vai vir o
275 nível de consenso e a nota de zero a dez é subjetiva mas é claro que vai ser uma nota alta se tiver um
276 atendimento pleno se o nível de consenso na avaliação for alto. Vai ter uma nota média se de repente se a
277 parcial e o nível de consenso na avaliação é médio. Vai ter uma nota baixa se o atendimento é
278 insatisfatório e também o nível de consenso na avaliação também for baixo. Lógico, a nota é subjetiva
279 mas a nota tem que estar baseada ali nos comentários e informações que justificaram a resposta no
280 atendimento ao indicador e também no nível de consenso na avaliação até na expectativa de status. Então
281 essa é a ferramenta de aferição para dar o exemplo de como alimentar os dados para um indicador, então
282 aqui temos seis indicadores da dimensão de governança e instrumentos de gestão contando as cinco
283 dimensões de governança, nós temos 55 indicadores para as 5 dimensões, então o Protocolo conta hoje
284 com 55 indicadores, aqui alguns comitês que já aderiram à institucionalização do monitoramento da
285 governança pela aplicação da adoção do Protocolo, o 1º foi o CBH-Rio Pardo do Rio Grande do Sul,
286 depois o CBH-Doce, um Comitê Federal, CBH-Médio Paraíba no Rio Grande do Sul, o CBH-São
287 Francisco foi o 6º a estar aderindo, eu não vou aqui ler um por um, depois a gente pode disponibilizar a
288 apresentação, como curiosidade no Estado de São Paulo estamos aí com vocês, falando com o Comitê
289 São José dos Dourados, fazendo a região de São José do Rio Preto, o único comitê paulista até o
290 momento a aderir ao foi o CBH-Tietê Jacaré, eu estou aqui em Piracicaba na região dos Comitês PCJ, já
291 apresentamos aos Comitês PCJ, ao GT – Grupo de Trabalho Indicadores, e apresentamos mais
292 recentemente à Agência das Bacias PCJ também. Então nós estamos nesse processo de apresentação mas
293 por enquanto no Estado de São Paulo o único comitê a aderir ao Protocolo foi o Tietê Jacaré. Há outros
294 também no Nordeste, CBH-Ipojuca em Pernambuco, mais como curiosidade. Sei que o tempo é curto, é
295 uma primeira conversa, está aí novamente os contatos, o Núcleo Executivo, o contato do Ângelo Lima,
296 nosso Secretário Executivo, então **”discutir governança é o reconhecimento de que existe um
297 processo político na gestão das águas”** e aí processo político naquela questão que o Estado tem um
298 papel fundamental de liderar o processo, mas de não centralizar as discussões e ter capacidade de se
299 articular e promover a participação da sociedade, dos diversos setores, enfim desse processo de tomada
300 de decisão. “Agradeço a atenção de todos, agradeço a oportunidade em nome do Observatório da
301 Governança das Águas e estou à disposição, não sei se temos tempo para conversar um pouco, para
302 debater, mas estou à disposição.” Sr. Presidente: “Senhor Ayri, muito obrigado, achei muito interessante
303 realmente a sua palestra e ver como vocês cresceram, porque eu conheço o Ângelo há muito tempo,
304 você, se a gente se encontrou alguma vez eu peço desculpas, não estou reconhecendo, mas é muito
305 importante isso porque a sociedade está presente nos comitês de uma forma..., de um plano cartesiano,
306 vamos dizer assim, olhando o comitê de fora e podendo realmente dar contribuições. Eu acho isso muito
307 válido e a gente conhece o trabalho do Ângelo de longa data, e eu agradeço muito. Perguntas aí para o
308 nosso convidado? Se você puder disponibilizar para o Comitê essa sua apresentação eu agradeço muito
309 também, viu?” Ayri: “Sim claro, eu já conversei ali, tenho o whatsapp da Lucíola, eu passo para ela
310 sim.” Sr. Presidente: “Então está ótimo, alguma pergunta, Luís, Eliana, Lucíola, algum membro do
311 Comitê, fora essas pessoas que eu citei...” Luís Henrique Gomes, Secretário Executivo do CBH-SJD,
312 com a palavra: “Eu não queria perguntar não mas, achei muito interessante essa apresentação e saber que
313 existe esse órgão aí, é muito interessante, a gente pode debater mais isso internamente, inclusive nós
314 consultamos nossos amigos lá do Tietê que já fazem parte, ver o que eles acham e a gente pode
315 conversar mais sobre isso.” Eliana: “Sim, eu também achei muito interessante, é uma pena que essa
316 apresentação foi durante uma plenária, a gente não tem muito tempo suficiente, mas eu também achei
317 interessante a adesão de 21 comitês no âmbito federal, e seria interessante a gente ter uma apresentação



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados

318 de qual foi o resultado de todos esses comitês que já aderiram ao Protocolo, mas infelizmente a gente
319 não tem tempo hábil para isso, mas com o e-mail a gente pode entrar em contato novamente com o Ayri
320 e se informar direitinho. “Muito obrigada, também achei muito interessante.” Ayri: “Sei que agora não
321 temos tempo, mas eu vou passar a apresentação para a Lucíola e eu já posso passar também o Protocolo,
322 daí vocês podem olhar os outros indicadores e as outras dimensões, o documento do Protocolo dá
323 orientações gerais de como usar e vou passar um arquivo também que é a ferramenta de aferição, então
324 todos esses indicadores, aquela questão dos verificadores, do atendimento pleno, parcial e insatisfatório,
325 passo já essa planilha e um documento também que é como se utilizar a ferramenta de aferição. Eu passo
326 a apresentação e já passo esses documentos que na verdade são a base, e como em toda a questão dos
327 resultados, nós fizemos um evento do Observatório com os comitês de bacia que começaram a
328 institucionalizar o monitoramento, justamente para começar a trocar experiências, ver as dificuldades
329 deles, os resultados obtidos, a gente fez um evento no início do ano para começar a ter essa troca, essa
330 aproximação, temos agora um projeto aprovado, iniciado, que é a inclusão de uma plataforma on-line
331 para monitoramento da governança, para usar a tecnologia para a integração dos dados e facilitar a
332 disponibilização dos dados pelos comitês nesta plataforma. Então esse é um projeto aprovado, que
333 começou a ser executado agora. É assim, tem recursos com foco no Estado de São Paulo. Só para dar
334 esse contexto para vocês, estamos nesse estado da ...” Lucíola: “Perfeito Ayri, me passa os documentos,
335 eu vou analisar, juntamente com o pessoal do Comitê, depois a gente marca uma reunião, muito válida
336 essa conversa inicial nossa para a gente também entender como funciona, quais são os processos, qual o
337 papel do Comitê dentro desse processo, eu acho isso muito importante e a gente vai conversando a partir
338 de agora para alinhar as idéias do Comitê para ver se consegue realmente fazer parte. Obrigada.” Ayri:
339 “Perfeito, agradeço, boa reunião para vocês, até uma próxima oportunidade.” Sr. Presidente: “Agradeço
340 pela sua disponibilidade de tempo aqui conosco, muito obrigado! Vamos torcer para que tudo dê certo e
341 que a gente também integre essa rede num futuro próximo. Um grande abraço e manda um abraço para o
342 Ângelo, ele deve estar lá na ABES, não é? “Deve estar em Belo Horizonte.” Ayri: “Ele está numa
343 maratona de apresentação do Protocolo, participando de eventos, mandou fotos hoje de manhã, estava
344 num outro evento também...” Sr. Presidente: “É a vida dele desde sempre. Bem, senhoras e senhores,
345 depois dessa apresentação, acho que todo mundo está inteirado, vamos voltar a palavra agora ao nosso
346 querido Engenheiro Luís para os Informes da Secretaria Executiva.” **3–Informes da Secretaria**
347 **Executiva:** Luís Henrique Gomes, Secretário Executivo do CBH-SJD, com a palavra: “Obrigado
348 Jefferson, o item 3 da nossa pauta são os Informes da Secretaria Executiva. Inicialmente informamos que
349 estão abertas as inscrições para o XXV ENCOB (Encontro Nacional de Comitês de Bacias
350 Hidrográficas), que acontecerá em Natal – RN, de 21 a 25 de agosto de 2023; esse encontro é o maior
351 evento de águas do Brasil (Acontecerá em formato on-line e presencial); Ocorreu em 18/05/2023, quinta-
352 feira passada, o Encontro de Integração da Subsecretaria de Recursos Hídricos e Saneamento Básico
353 com as Secretarias Executivas dos Comitês no Auditório do CTH em São Paulo. Na programação houve
354 uma apresentação estava da Subsecretária de Estado de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística
355 Samanta Souza, houve também a apresentação do César Louvosin, Coordenador de Recursos Hídricos,
356 do Coordenador de Saneamento Básico Meunim Rodrigues de Oliveira Jr., Coordenador de Resíduos
357 Sólidos Evaldo Azevedo. Todos eles fizeram uma apresentação das suas respectivas áreas e o assunto
358 frisado pela Subsecretária foi a importância de indicarmos 100% do valor que temos disponível para os
359 projetos e termos uma prateleira de projetos habilitados. Ocorreu também Professor Jefferson, como
360 estávamos lá numa infinidade de comitês, foi perguntado quais eram as dificuldades que os comitês
361 estavam enfrentando, aí foi aquele “caminhão” de informações em cima da Subsecretária, que inclusive
362 marcou uma reunião para o mês que vem, vai ser uma reunião de 2 dias em São Pedro-SP para tratar do
363 que foi informado a ela, acho que ela é recente na área nossa e ficou sabendo dessas questões agora. O
364 Sr. quer a palavra, Professor?” Sr. Presidente: “Eu só queria fazer um questionamento sobre o que você
365 falou, já que você está me chamando de senhor, Engenheiro Luís Henrique, a respeito dessa reunião: ela
366 vai ser para as Diretorias Executivas ou para os comitês, será presencial em São Pedro, já existe uma
367 data preliminar dessa reunião ou não?” Luís Henrique: “Houve uma data preliminar que eu tenho aqui na
368 agenda, 27 e 28 do próximo mês em São Pedro, é uma agenda preliminar, participarão provavelmente os



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados

369 mesmos atores que estavam nessa reunião anterior.” Sr. Presidente: “Seria a Diretoria Executiva de todos
370 os comitês...” Luís Henrique: “Então isso foi posto lá nessa reunião, vamos aguardar então a
371 continuidade dessas informações dessa tal reunião, para a gente poder divulgar também. Também
372 gostaria de ressaltar a todos os presentes aqui a divulgação das redes sociais do Comitê, onde nós
373 estamos disponibilizando sempre as informações recentes, trabalhos, informações voltadas para os
374 recursos hídricos, e quem tiver alguma informação nessa temática, pode enviar para o e-mail do comitê
375 comitesjd@gmail.com que vamos divulgar. Seguindo, para a aprovação das deliberações, informamos
376 que elas serão submetidas à apreciação dos membros com direito a voto e será aberta a discussão para
377 posteriormente ser colocada em votação. Para votação, os favoráveis deverão permanecer como estão, os
378 contrários se manifestem solicitando a palavra pelo chat da reunião ou ferramenta de aceno ou voz.
379 “Passo então a palavra para o Professor Jefferson para a continuidade da nossa pauta.” Sr. Presidente:
380 “Vamos passar agora para o item 4 – **Deliberações: 4.1 - DELIBERAÇÃO CBH-SJD nº XXX/2023 de**
381 **23/05/2023 “Indica prioridades de investimentos visando a distribuição dos recursos do CFURH –**
382 **FEHIDRO 2023”**; Convido então a nossa Secretária Executiva Adjunta, Engenheira Eliana, para fazer
383 a apresentação da Deliberação. Por favor, Eliana.” Eliana Cristina Mariano Nogarini com a palavra:
384 “Essa Deliberação indica prioridades de investimentos visando a distribuição dos recursos do CFURH
385 desse ano de 2023. Ela atende à Deliberação CBH-SJD 264 que foi aprovada na última reunião ordinária
386 do Comitê, em que foi estabelecido um cronograma que até o dia 31/05/2023 nós tínhamos que aprovar
387 essa Deliberação com as indicações de projetos habilitados ao CRH, por isso que estamos fazendo essa
388 reunião extraordinária para aprovar esses empreendimentos habilitados e também depois abrir uma
389 segunda chamada com o saldo remanescente. Então foram considerados pelo MPO os Programas do
390 Plano Plurianual da SIMA para o Quadriênio 2020/2023, foram consideradas as Deliberações do nosso
391 próprio Comitê que foram a de prazo e a de critérios, e também as reuniões da Câmara Técnica de
392 Planejamento e Avaliação (CT-PLA), que ocorreram em 11 e 12/04/2023 e no dia 05/05/2023. Os
393 empreendimentos que ficam habilitados: **Prefeitura Municipal de Nova Canaã Paulista**, PDC 7,
394 SubPDC 7.1, Obras de drenagem urbana para evitar problemas erosivos, Valor FEHIDRO R\$
395 234.846,06 e para o PDC 4.1 nós tivemos três tomadores: a **Prefeitura Municipal de Santa Fé do Sul**,
396 Plano Diretor de Controle da Erosão Rural do Município da Estância Turística de Santa Fé do Sul, Valor
397 FEHIDRO R\$ 169.015,86, **Prefeitura Municipal de Jales**, Plano Diretor de Controle da Erosão Rural,
398 Valor FEHIDRO R\$ 170.230,71 e **Prefeitura Municipal de Guzolândia**, Plano Diretor de Controle da
399 Erosão Rural do Município de Guzolândia na Bacia do Rio São José dos Dourados, Valor FEHIDRO R\$
400 166.889,88. Esse total deu R\$ 740.982,51. Os inabilitados, nós tivemos 12 empreendimentos
401 apresentados, 4 foram habilitados e 8 projetos foram inabilitados. Dos não habilitados, tivemos dois
402 projetos da Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo, um era ‘Mapeamento e locação de feições
403 erosivas da UGRHI-18’, os objetos pleiteados nesses empreendimentos não se enquadram no Anexo V
404 da Deliberação SJD 263/2023 de 30/03/2023, e o outro projeto é “Plantando Águas na UGRHI -18” com
405 o mesmo objetivo. O Município de Floreal “Atualização do Plano Diretor”, considerando que o último
406 Plano é de 2016, e a cidade não apresentou um crescimento expressivo, então não foi encontrada
407 justificativa palpável para a atualização desse Plano. O mesmo aconteceu com o Município de General
408 Salgado. O Município de Santa Fé do Sul não se enquadra no PDC 5.1 que era uma das prioridades da
409 nossa Deliberação, a Prefeitura Municipal de Três Fronteiras não atendeu às complementações
410 solicitadas pela Câmara Técnica e o Município de Rubinéia foi porque o estudo hidráulico hidrológico
411 não condiz com os dimensionamentos apresentados. Alguém tem alguma observação para essa
412 Deliberação, que se aprovada passará a ter o número 272? “Jefferson coloque-a em discussão e
413 votação.” Sr. Presidente: “Estou esperando para ver se alguém tem alguma colocação a ser feita,
414 agradeço mais uma vez a você pela apresentação da Deliberação, e a partir desse momento nós fazer aqui
415 a colocação em discussão, não havendo nada a ser colocado, vamos colocar para aprovação. os
416 favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem como bem lembrou o Luís por chat ou
417 por ferramenta aí da mão, abstenções, então a nossa Deliberação está **aprovada por unanimidade** e
418 passa a ter agora o número 272/2023. Continuando aqui nos nossos itens, **4.2 – DELIBERAÇÃO CBH-**
419 **SJD nº XXX/2023 de 23/05/2023 “Aprova diretrizes e critérios para obtenção de recursos**



420 **financeiros do FEHIDRO - Compensação Financeira e Cobrança pelo uso dos recursos hídricos**
421 **referentes ao ano de 2023 Saldo Remanescente e dá outras providências**”. “Convido novamente a
422 Engenheira Eliana para a apresentação da Deliberação.” Eliana: “Passando então para a nossa
423 Deliberação de Diretrizes e Critérios, não mudou muita coisa da última Deliberação que aprovou esses
424 empreendimentos que nós acabamos de apresentar agora. Então eu vou apresentando para vocês o que
425 está diferente, então continua com o protocolo no SIGAM, o prazo é até o dia 30/06/2023 às
426 23h59minutos. Na última deliberação, nos Anexos nós colocamos a lista completas de todos os
427 documentos que as entidades municipais e estaduais deveriam apresentar. Então agora a gente colocou
428 novamente, conforme anexos do MPO, para não ter nenhum problema de falta de documentos, que a
429 gente, às vezes no “copia e cola” para passar para a Deliberação, falta algum documento, então fica mais
430 fácil a gente colocar diretamente conforme o MPO. Serão considerados inválidos os documentos sem
431 assinatura do representante legal e do responsável técnico do proponente tomador, e para o
432 preenchimento do SIGAM os tomadores deverão seguir as instruções do item 13, Proposta de
433 Empreendimento pelos tomadores do Manual de Procedimentos Operacionais – MPO – Investimentos.
434 As contrapartidas serão as mesmas, os usuários isentos por lei do pagamento pela cobrança do uso dos
435 recursos hídricos também não poderão pleitear recursos, tomadores de recursos das fontes CFURH e
436 Cobrança em situação de inadimplência definitiva declarada e inscritos no CADIN também não poderão
437 pleitear recursos. Os recursos FEHIDRO dos empreendimentos que não forem efetivados serão
438 disponibilizados para “Empreendimentos em Carteira 2023”. Essa é uma proposta nova, que bate com a
439 idéia da Subsecretária Samanta, de termos uma prateleira de projetos e aqui o termo está ‘carteira de
440 projetos’. Isso é para facilitar porque às vezes o valor que a gente tem para investimento é menor do que
441 o valor de todos os projetos habilitados. Faz tempo que isso não acontece mas a gente acredita que a
442 qualidade dos projetos vão melhorar daqui para a frente, então os que forem habilitados nós já vamos
443 deixar ‘em carteira’ porque se algum for cancelado por algum motivo, a gente já tem um próximo projeto
444 que pode substituí-lo. Inclusive na reunião a Subsecretária Samanta falou que vai verificar a
445 possibilidade de deixa-los já inscritos no SIGAM como habilitados para podermos construir aos poucos
446 essa prateleira de projetos, que facilita para a gente e para os tomadores. A análise e a classificação vão
447 continuar atendendo a todos os critérios do MPO e feito pela CT-PLA, a priorização para indicação dos
448 empreendimentos com saldo remanescente poderá ser revista em função do valor pleiteado e dos
449 recursos disponíveis para o atendimento. Considerando que nós trabalhamos com valores estimados, o
450 valor da cobrança é um valor fixo, mas o valor CFURH é um valor estimado, nós estamos por exemplo,
451 na pendência da devolução de um valor de um projeto cancelado ou não, então essa lista de prioridades
452 de projetos que nós vamos indicar, vai depender desse saldo. Temos aqui então o Anexo I, que são as
453 prioridades para o saldo remanescente. Continuam os mesmos PDCs da outra Deliberação, nós só
454 alteramos os valores para bater com o valor real que nós temos. Nós temos na cobrança R\$ 2.133.807,21.
455 A compensação financeira que é o CFURH, nós tínhamos anteriormente um valor de R\$ 782.353,21.
456 Foram deliberados agora de projetos que a gente acabou de indicar, R\$ 740.982,51, então a gente ainda
457 tem remanescente R\$ 41.370,70. Estimativa de devolução, que a gente acredita que a Sala de Situação,
458 que foi um projeto indicado pelo Comitê vai ser cancelado, porque, segundo essa nova diretoria que nós
459 temos agora, todos os projetos de Sala de Situação do Estado de São Paulo estão sendo cancelados tendo
460 em vista mudanças de objetivo. Então a Sala de Situação era uma demanda que o CRH cobrou de todos
461 os comitês na última gestão e agora não está sendo mais considerado porque o projeto que tem uma Sala
462 de Situação quase pronta do IPA – Instituto de Pesquisas Ambientais, vai poder atender todo o Estado de
463 São Paulo, então estão esperando que essa Sala de Situação esteja pronta para ver se tem a capacidade de
464 atender a todos os comitês. Se ela tiver, os comitês então vão comprar dados e não mais comprar
465 equipamentos, que teria um valor menor. Então considerando tudo isso, nós temos um valor disponível
466 de R\$ 3.026.500,01. Vale aqui também eu passar para vocês que na 1ª reunião nós colocamos que o
467 valor CFURH seria de R\$ 1.400.000,00. Deixa eu interromper essa daqui para mostrar para vocês, para
468 ficar tudo bem claro para vocês como o Professor Jefferson pede sempre para a gente, para ter clareza na
469 nossa gestão, nos nossos valores, principalmente na questão de valores que são muito importantes, então
470 em fevereiro, essa tabela foi a tabela de rateio do CFURH que nós recebemos em fevereiro desse ano e



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados

471 que tinha um valor, então aqui a UGRHI-18, nós tínhamos um valor previsto de R\$ 1.407.758,62, isso
472 representava 6,12% de distribuição do valor COFEHIDRO. Então a gente tinha trabalhado inicialmente
473 com esses valores. Agora em abril, nós recebemos a Deliberação COFEHIDRO 256/2023 com o valor
474 real, já não era mais o previsto, para vocês virem aqui em cima ela é de 28/04/2023, não faz nem um mês
475 que nós recebemos o valor real, você vem aqui no SJD e você vê que o percentual de distribuição
476 continua como 6,12%, então não foi nenhuma alteração de acordo com a pontuação do Comitê, mas o
477 valor mudou para R\$ 782.353,21. Então, o que mudou foi o valor arrecadado mesmo, não foi nenhum
478 problema com o Comitê, só para ficar claro. Voltando à Deliberação,..” O Sr. Presidente interrompe: “É
479 importante frisar isso, perdoe a interrupção, é necessário que todo mundo saiba que houve essa redução e
480 não foi por culpa do Comitê, foi uma deliberação superior, entendeu? Quem pode manda e quem tem
481 juízo obedece. Porque essa coisa não fica “ah, porque perdeu?” Não é porque não fizemos o dever de
482 casa, não, a gente está fazendo o dever de casa desde a gestão anterior, toda essa Diretoria da qual eu
483 faço parte, agora houve essa redução e essa redução, é bom que se frise, não foi só para nós, foi para todo
484 mundo, então seria interessante também colocar os outros, não sei se temos isso já pronto...” Eliana:
485 “Está aparecendo a tabela para vocês?” Sr. Presidente: “Está aparecendo uma mas acho que é a nossa,
486 Investimentos 2023 – Saldo Remanescente, não é a que você estava apresentando antes com as nuvens
487 diferentes, porque é assim, o que a gente pode questionar mas acho que o corte, não sei, talvez o Luís ou
488 você mesma Eliana, o corte foi igual para todo mundo, para todas as UGRHIs, não houve assim “ah, a
489 UGRHI ‘x’ teve um corte maior que a UGRHI ‘y’, não, então é isso que a gente ...” Eliana: “Cada
490 comitê recebe um percentual de distribuição de um valor ‘x’, se o valor ‘x’ diminuiu o percentual é o
491 mesmo para todos os comitês, então diminuiu para todo mundo e esse valor ‘x’ é estimado no final do
492 ano. É igual a cobrança: a gente estima receber um valor, depois tem a inadimplência, tem um monte de
493 fatores a serem considerados e acaba diminuindo o valor e às vezes, até aumentando, como no nosso
494 caso em outros anos, nós já tivemos acréscimo também, em que a gente esperava um valor e veio até o
495 dobro do que era esperado. Como é uma questão de trabalhar com previsão, acaba tendo essas mudanças
496 mesmo. Voltando para a Deliberação: vocês estão vendo a minha tela, Anexo I? Então esses são os
497 PDCs prioritários agora para o saldo remanescente, são os mesmos da Deliberação anterior, que eram
498 PDCs indicados no Plano de Bacia, só que foram adequados nos valores obedecendo à Deliberação CRH
499 188/2016 que tem uma distribuição por PDCs que a gente tem que atingir, tem que obedecer a essa
500 distribuição, por exemplo para o PDC 1 a gente pode distribuir no máximo 25% , então do valor total nós
501 colocamos aqui R\$ 550.000,00. Esses daqui de controle de processos erosivos e controle de perdas em
502 abastecimento são os mesmos, as ações estruturais de micro ou macro drenagem e foi acrescentado,
503 considerando o Plano de Bacia e considerando o valor que já foi habilitado na primeira Deliberação,
504 esgotamento sanitário que não estava no outro, que é aumentar a eficiência do tratamento de esgoto dos
505 municípios da UGRHI, que são aqueles que têm problemas nas estações de tratamento de esgoto com a
506 sua eficiência, ou seja, aqueles que têm apresentado uma eficiência de redução da carga orgânica menor
507 que 80% que é o mínimo exigido pela CETESB. E no próximo Relatório de Situação, esse é um item que
508 fica sempre classificado em amarelo, porque amarelo significa atenção, quando está bom é verde, está
509 sempre em atenção em função disso porque a maioria está com 70 e poucos % mais ou menos. Esse seria
510 um bom investimento para a UGRHI considerando que depois a nota no Relatório de Situação aumenta e
511 aumenta também o nosso percentual de distribuição. Manejo de resíduos sólidos que já estava e captação
512 de recursos hídricos que também já estava. Então nós temos um total de R\$ 3.026.500,01 para serem
513 distribuídos e a nossa esperança, conforme a orientação da Subsecretária Samanta, é de a gente consiga
514 indicar em projetos esses três milhões para que seja possível a gente trabalhar e poder pedir mais. No
515 Anexo II são os critérios de pontuação e hierarquização das solicitações de recursos financeiros, que são
516 os mesmos da outra Deliberação, Anexo III definição de ganho ambiental, o Anexo VI é a declaração de
517 passivos ambientais e acaba aqui. “Agora eu passo a palavra para o Jefferson para colocar em discussão
518 e depois em votação.” Sr. Presidente: “Então a gente agradece toda a explicação da Engenheira Eliana e
519 vamos colocar aqui em discussão para quem tiver algum possível problema de entendimento, e
520 colocamos em seguida para aprovação, os favoráveis permaneçam como estão, os contrários e
521 abstenções se manifestem no chat ou levantando a mão expressando a sua palavra. Então não havendo



522 nenhum tipo de discussão, está **aprovada por unanimidade a Deliberação CBH-SJD 273/2023 de**
523 **23/05/2023**. Então mais uma vez vamos ao item **4.3 - DELIBERAÇÃO CBH-SJD nº XXX/2023 de**
524 **23/05/2023** que **“Fixa prazos e procedimentos para apresentação e análise de solicitações, visando**
525 **obtenção de recursos junto ao FEHIDRO/2023 – Saldo Remanescente”**, como foi explicado na
526 Deliberação CBH-SJD 273. De novo convido a Engenheira Eliana, para fazer uso da palavra e apresentar
527 essa Deliberação. Por favor.” Eliana: “Essa Deliberação está em conformidade com a **Deliberação**
528 **CBH-SJD 273/2023 de 23/05/2023** que acabamos de apresentar aqui, e ficou estabelecido então que
529 para o protocolo das solicitações no SIGAM, de projetos FEHIDRO, nós temos até o dia 30/06/2023 às
530 23h59 minutos; até o dia 04/07/2023 a verificação pela Secretaria Executiva dos documentos financeiros
531 e nesse mesmo dia a Secretaria Executiva já vai enviar os pedidos de complementação caso necessário, e
532 temos até o dia 11/07/2023 às 23h59 minutos para que os tomadores protocolarem esses documentos que
533 forem pedidos para complementação administrativa ou financeira. E até o dia 20/07/2023 análise,
534 avaliação e pontuação dos projetos pela Câmara Técnica de Planejamento e Avaliação (CT-PLA) e aí
535 nesse mesmo dia a Secretaria Executiva já envia também os pedidos de complementação. Do dia
536 20/07/2023 até o dia 03/08/2023 é o prazo que os tomadores terão para protocolar no SIGAM os
537 documentos solicitados pela Câmara Técnica e até o dia 11/08/2023 terá a análise e avaliação novamente
538 pela CT-PLA desses documentos que foram pedidos como complementação. E até o dia 11/08/2023 será
539 feita a divulgação da proposta de priorização aos tomadores e até o dia 17/08/2023 às 23h59 minutos,
540 protocolo no SIGAM de recursos referentes ao resultado final, caso alguém ache necessário. E até o dia
541 31/08/2023 análise pela CT-PLA dos recursos apresentados, se houverem. Até o dia 06/09/2023 Reunião
542 de Diretoria para apreciação desses resultados realizada pela CT-PLA e no mesmo dia a divulgação final
543 da proposta de priorização nos sites do Comitê e do SIGRH, e até o dia 15/09/2023 Reunião Ordinária
544 para a aprovação da deliberação que vai indicar esses empreendimentos. “Devolvo a palavra para o
545 Jefferson agora para a discussão ou sugestão e aprovação desta Deliberação.” Sr. Presidente: “Muito
546 obrigado Eliana pelo esclarecimento e a leitura da Deliberação, colocamos aqui em discussão, se não
547 houver nenhuma discussão em seguida colocamos para votação, para aprovação ou não, por favor os
548 favoráveis permaneçam como estão, os contrários e abstenções se manifestem no chat ou levantando a
549 mão expressando a sua palavra, então não havendo nenhum tipo de manifestação, **foi aprovada essa**
550 **Deliberação com o número 274/2023 de 23/05/2023**. Então a gente agradece aí pela votação e também
551 a todos vocês e abro a palavra ao Engenheiro Luís, Secretário Executivo do CBH-SJD. Luís, por favor.”
552 Engenheiro Luís, Secretário Executivo do CBH-SJD com a palavra: “Pois não Jefferson, obrigado, já nos
553 encaminhando para a parte final desta reunião, nós abrimos a palavra para manifestação do plenário a
554 respeito destas questões discutidas hoje aqui, não especificamente cada uma que já foi dada a
555 oportunidade de manifestação, mas se alguém quiser ter alguma palavra com relação a essa nossa
556 reunião de hoje, fique à vontade para se manifestar. Não havendo qualquer manifestação, já iniciamos os
557 nossos agradecimentos aos presentes, passo então a palavra ao Professor Jefferson para as suas
558 considerações finais e encerramento.” **5 – Outros Assuntos:** Sr. Presidente: “Bem, agradecer às pessoas
559 presentes e também ressaltar que sempre que for necessário serão solicitadas reuniões como essa, são
560 reuniões extraordinárias, não são ordinárias, e mais uma vez eu coloco aqui que a gente gostaria muito,
561 coloco para a Diretoria Executiva que nós tenhamos reuniões em outros municípios e não Jales apenas,
562 municípios como o do nosso Vice Presidente, para que a gente consiga entender essa Bacia como um
563 todo. O nosso Vice está presente, conseguiu trocar a questão do áudio, o senhor quer fazer uso da
564 palavra, Prefeito Sebastião, está presente ainda? Alguém quer fazer uso da palavra?” “Professor, boa
565 tarde, Aidan da Polícia Ambiental, peço até perdão, estou acompanhando duas reuniões, uma no trabalho
566 no computador e aqui com vocês, tive que desligar a câmera senão não conseguia e ia cair a internet. Eu
567 tenho uma dúvida, como a gente está voltando ao Comitê, a gente perdeu um pouco o ritmo de como as
568 coisas funcionam. Eu vi aqui que no Artigo 2º nós ficamos inabilitados ali em virtude de atender ao
569 critério estabelecido e tal, e eu vi que existe um saldo remanescente, a dúvida é, nós podemos, eu vi que
570 tem alguns critérios para pedir o projeto, no caso a gente queria reapresentar o nosso projeto se
571 enquadrando no critério correto, eu não sei qual seria o caminho, procurar a Eliana ou o Comitê em Rio
572 Preto, enfim, eu queria sanar essa dúvida aí.” Sr. Presidente: “Eu posso responder já, enquanto



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados

573 Presidente do Comitê que você já sabe o caminho, exatamente esse, procurar a Eliana e ou a Lucíola,
574 procurar Rio Preto porque aí você vai ter o encaminhamento muito bom disso, a gente quer vocês de
575 volta, não só de corpo presente mas com ações e atitudes. A gente viu as ações de vocês e achamos
576 muito interessantes, muito pertinentes só que em alguns pontos ali não são itens que possam ser
577 solicitados. Então eu acredito, já falei isso em uma reunião com o Secretário, que a questão de maior
578 conhecimento da parte e também mostrando esses detalhes, porque assim, esses projetos não são fáceis
579 de serem feitos, e têm muitos detalhes que podem inviabilizar o projeto, então eu solicito aqui
580 publicamente à Eliana e elas estão sempre disponíveis. A disponibilidade dessas moças e também do
581 Luís Henrique, nosso Secretário Executivo, é muito ampla. Então assim, são funcionários públicos que
582 honram assim como você, o ser funcionário público. Então não se furte a ligar, procurar, a ir lá no
583 DAEE, marcar um horário para essa explicação, porque para nós do Comitê não é bom reprovamos
584 absolutamente nada, eu gostaria de fazer esse esclarecimento, o problema é que existem Agentes
585 Técnicos e agora houve uma mudança ainda maior dos Agentes Técnicos e um rigor maior. No que esse
586 Comitê se pauta: para que não haja problemas nessa questão. “Ah, a Câmara Técnica de Planejamento
587 deixou passar coisas assim, entendeu?” Então é isso que a gente está colocando aqui publicamente, por
588 exemplo, os inabilitados podem reapresentar, haverá essa segunda chance, e não há nenhum
589 impedimento legal que apresentem, se enquadrando, porque se se enquadravam antes, porque não se
590 enquadrar agora. Certo, então é isso que a gente gostaria de deixar bem explícito e gravado para que
591 todos aqui dessa plenária, em termos de reunião extraordinária, fiquem cientes, senhores prefeitos,
592 sociedade civil, Estado, que nós estamos com esse procedimento. E sempre estivemos, desde as gestões
593 passadas. Está esclarecido, Aidan?” Aidan: “Sim, está esclarecido e agradeço a sua atenção e a gente vai
594 encher um pouco a Eliana e a Lucíola.” Sr. Presidente: “Rapaz, você precisa ver, o salário ó, bem
595 pequenininho, está diminuindo cada vez mais com a inflação, mas fazem um trabalho muito bem feito.”
596 Eliana: “E para os projetos que foram inabilitados, é até mais fácil agora nessa 2ª chamada porque já se
597 sabe onde estão os erros, foram avaliados uma vez e já dá para a gente indicar onde está o erro.” Sr.
598 Presidente: “Isso é uma coisa também que a gente gostaria de falar, inabilitado, se a gente não tivesse
599 dinheiro, se tivesse gasto absolutamente tudo seria um ponto. Mas ainda temos dois milhões em caixa.”
600 Eliana “São três milhões.” Sr. Presidente: “Chega a três? “Diminuiu com aquele lance do...” Eliana:
601 “espera um minutinho que eu já te falo o valor exato, eu acho que era 3 milhões mesmo, porque a gente
602 vai ter aquela devolução, lembra? São 2 milhões da cobrança mais 800 mil da Sala de Situação, o total é
603 de 3.026.500,00.” Sr. Presidente: “A única coisa que pode passar de um ano para o outro é a cobrança, o
604 resto não. Ou estou enganado?” Eliana: “Depende do ano, tem alguns anos em que o CRH pode resolver
605 fazer uma demanda induzida e retirar tudo. Alguns anos eles devolvem, por exemplo esse da Sala de
606 Situação que vai ser cancelado, eles vão devolver para a gente.” Sr. Presidente: “Uma coisa que eu
607 gostaria que vocês colocassem lá, por gentileza, já que eu não vou participar dessa reunião em São
608 Pedro, é a iniciativa que a gente tem e gostaria de ter que são os dados, a rede de monitoramento do
609 Noroeste Paulista do Professor Tangerino, está gravando, acho que eu já falei isso outras vezes, a gente
610 precisa ver como alinhar para a Unesp e tentar ter essa união com os dados do DAEE.” Lucíola:
611 “Jefferson, existem duas fontes de recursos, CFURH e Cobrança: a Cobrança não sai, pelo Decreto é um
612 dinheiro que tem que ser usado aqui na Bacia. O CFURH é aquele dinheiro que se sobra no Comitê,
613 quando chega no final do ano, a Coordenadoria pode fazer um projeto de âmbito estadual e capta esse
614 dinheiro.” Sr. Presidente: “Não, porque isso é em todos os comitês, quando se fala que os comitês
615 federais são os comitês ricos é porque eles não usaram o dinheiro.” Lucíola: “É por isso que essa
616 questão, esses 850 mil reais ano passado, era Fonte CFURH, tem toda essa preocupação de deixar em
617 carteira ou não porque se for cancelado e a gente não fez nada, a gente perde esse recurso a hora que
618 devolver, porque se a gente não indicar nenhum projeto...” Sr. Presidente: “E tem que fazer, acho que,
619 pelo que eu me recordo, os projetos que foram apresentados e foram negados, são mais ou menos
620 equivalentes a esse valor retroativo que voltou, certo? Então é bom que as pessoas entendam bem isso, é
621 aquilo que eu falei, então é isso que a gente está falando, o Comitê tem o dinheiro da cobrança, aliás, eu
622 não ouvi, se você falou me perdoe, eu queria saber a inadimplência do Comitê em relação a percentual,
623 se você já tem esse dado ou não, isso também é bom que todo mundo conheça, que tenha esse dado na



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados

624 mão. Porque eu gostaria de fazer, como proposta, o Comitê em números para todo mundo ficasse
625 sabendo, a transparência real para a sociedade. “Pois não, Sílvia.” Sílvia Andreu Avelhaneda Pigari,
626 Prefeitura de Jales, com a palavra: “Eu gostaria de fazer um questionamento, porque eu estava ouvindo
627 os valores liberados do saldo remanescente e Jales está com um probleminha, na verdade a gente tem um
628 plano de resíduos sólidos aqui e ele está valendo, não tem 10 anos esse plano, ele se chama “REUSA”,
629 só que o Tribunal de Contas esteve aqui no nosso setor e solicitou que esse plano fosse atualizado. E pelo
630 que eu vi aí nos remanescentes, acho que não vai poder, não é? Jales não pode pedir essa atualização em
631 resíduos sólidos, só essa a minha dúvida, pelo que eu observei nesses valores remanescentes, Jales não
632 poderia estar solicitando essa atualização desse plano de resíduos sólidos.” Sr. Presidente: “É porque é
633 uma questão que você tem com o Tribunal de Contas, que o município tem e aí, se a gente libera isso, a
634 gente tem 99,99 % de chances de estarmos infringindo uma questão do próprio CFURH. Então, por isso,
635 infelizmente a gente não gostaria de negar mas é necessário essas situações. Já foi deliberado há um
636 tempo atrás, para quem está nesse Comitê há muito tempo, conhece a gente, verba para isso e aí a gente
637 colocar porque houve um problema, eu acho que haveria uma ‘incongruência’ jurídica em termos dessa
638 questão financeira e orçamentária também do Comitê se passasse. É a minha interpretação, salvo melhor
639 juízo. Se tiver outra interpretação, Eliana, Lucíola, Luís, porque fica mais complicado depois, como é
640 que a gente vai fazer uma coisa que está sob uma certa ‘judice’, você tem um óbice nesse repasse
641 financeiro, na minha concepção.” Eliana: “E também entra a questão de não se encaixar nos PDCs. Os
642 PDCs para Plano são “Estudo e Diagnóstico Ambiental das Nascentes” e “Elaborar mapas de feições
643 erosivas” porque ele entra, são os que estão como prioritários aqui na nossa Deliberação. Esse de
644 resíduos sólidos já entra “Projetos básicos e/ou executivos, serviços, obras”, não entra Plano, não encaixa
645 o PDC, entendeu a diferença? Para fazer Plano então, é outro tipo de plano, para resíduos sólidos pode
646 investir mas tem ser obras, não plano, pelo menos nesse ano, nas prioridades dos PDCs para esse ano,
647 pode ser que no que vem muda. Entendeu Sílvia?” Sílvia Andreu: “Vou chorar, mas muito obrigada, deu
648 para entender certinho, eu vou passar aqui para a nossa Secretária, explicar certinho para ela.” Sr.
649 Presidente: “É assim, a gente teria a maior boa vontade em ajudar mas infelizmente não... o problema, e
650 é bom que...” (Nesse momento várias vozes se confundem e não é possível a transcrição). Eliana:
651 “Inclusive esse engessamento que a gente tem de trabalhar com esses PDCs prioritários está estabelecido
652 na Deliberação CRH 188/2016. Essa foi uma discussão que nós tivemos na reunião de quinta-feira em
653 São Paulo, a gente pedindo uma flexibilização maior, porque tem anos que às vezes que entram um
654 monte de projetos mas o que a gente tem de solicitação não se encaixa nesses que a gente pode habilitar,
655 então a gente pediu uma flexibilização maior para trabalhar.” Sílvia Andreu: “Alguma outra prefeitura
656 solicitou esse tipo de atualização de plano de resíduos sólidos?” Sr. Presidente: “Eu não me recordo, bem
657 então você está esclarecida, no caso do adiantado da hora e por solicitações que me foram feitas para
658 acabar essa reunião dentro do prazo, Lucíola, você está com a mão levantada, por favor, faça uso da
659 palavra.” Lucíola Guimarães Ribeiro, Engenheira do DAEE: “Professor Jefferson, o senhor perguntou
660 sobre a questão de inadimplência, em 2022 foi em torno de 12%, R\$ 136.000,00, valor esse que está
661 sendo cobrado e foi até notificado pelo pessoal da Cobrança, mandou boleto, deu um prazo e quem não
662 pagar será inserido no CADIN, então estão sendo tomadas as providências.” Sr. Presidente: “2022, você
663 falou 12%, é uma inadimplência baixa, seria interessante a gente saber a inadimplência de outros comitês
664 dentro do Estado de São Paulo, mas a gente sabe que existem comitês aí que tem 60% de inadimplência.
665 Porque é assim, realmente é uma questão muito de ‘foro íntimo’, ter tudo isso mostrado para a sociedade,
666 por exemplo, os erros que são cometidos são enviados a todos vocês, os erros cometidos nos projetos são
667 enviados via documentação, é esse tipo de coisa que a gente faz, dentro da legislação. Documentos que
668 são repassados a vocês, pela Secretaria Executiva, então são tudo isso que é feito. Bem, mais alguma
669 observação, alguém gostaria de algum esclarecimento? Esse é o momento, estamos aqui às 16 horas e 40
670 minutos, daqui a pouco vai bater mais um martelo, então vai apitar e vai fechar o DAEE de Jales. **6.0 -**
671 **Encerramento:** Então, isto posto, se não há ninguém mais a fazer nenhum esclarecimento, a gente
672 agradece mais uma vez a vocês por estarem aqui, desejo uma excelente continuação de semana, muito
673 obrigado a todos que estão aqui.” O Senhor Presidente declarou encerrada a **70ª Reunião**



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados

674 **Extraordinária do CBH-SJD.** Essa Ata foi redigida na íntegra por Antonio Roberto de Jesus, Assessor
675 Técnico III do DAEE/BTG e vai assinada pelo Secretário Executivo e pelo Presidente do CBH-SJD.

676

677

678

Luís Henrique Gomes
Secretário Executivo do CBH-SJD

Jefferson Nascimento de Oliveira
Presidente do CBH-SJD

679